



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Simpósio temático 84

FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL: PERFIL PRELIMINAR E DESAFIOS IDENTIFICADOS JUNTO AOS PARTICIPANTES DO CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REGIÃO SUL (CFES SUL)

FERRARINI, Adriane Vieira (Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNISINOS). Email: adrianevf@unisinós.br

Palavras-chave:

Formação – economia solidária – política pública - pedagogia autogestionária – educação popular

Introdução

O tema da formação em economia solidária emergiu no Brasil na década de 1980, em conjunto com a proliferação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio e Formação (EAF). As décadas seguintes foram marcadas por novos desafios, tais como: crescentes demandas de trabalhadores por qualificação; desarticulação de formadores entre si e com os trabalhadores; insuficiência de reflexão e produção teórico-metodológica sobre a formação e necessidade de articulação com outras políticas setoriais. Em 2006, o movimento organizado da economia solidária pautou a necessidade de uma política pública voltada à qualificação e disseminação das ações de formação. Em 2007, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), propôs a implantação e funcionamento de Centros de Formação em Economia Solidária (CFES) nas cinco regiões do Brasil, como parte da estratégia da Política Nacional de Formação em Economia Solidária, a qual vem sendo construída desde os debates



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da SENAES/MTE. Os CFES são instrumentos de estruturação e potencialização de diversas ações formativas voltadas às necessidades dos empreendimentos econômicos solidários. Além da realização e integração de ações de formação sistemática de agentes formadores (trabalhadores da economia solidária, gestores públicos e educadores), os Centros são também referências para o desenvolvimento e sistematização de conteúdos e metodologias para a Economia Solidária. Nesse sentido, são processos e espaços de inovação científica e tecnológica, favorecendo a produção de estudos e pesquisas e a disseminação de conhecimentos e tecnologias formativas apropriadas à realidade e à diversidade dos empreendimentos econômicos solidários.

No âmbito do CFES, a formação parte do reconhecimento da centralidade do trabalho na construção do conhecimento técnico e social e orienta ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias. A operacionalização ocorre através de atividades regionais, estaduais e locais de formação de formadores e de trabalhadores, bem como da avaliação, sistematização metodológica e produção de materiais pedagógicos.

Na Região Sul, essa política está sendo implementada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). A parceria entre governo e universidade é uma oportunidade de produzir inovações, tanto na gestão pública quanto na produção acadêmica. É um processo de mão dupla no qual, por um lado, a universidade se fortalece e se enriquece com a diversidade de atores sociais e de experiências que abriga, por outro, exerce sua responsabilidade social através da criação das condições sócio-organizacionais para a execução de uma política pública democrática e descentralizada. É também especificidade do meio acadêmico a produção e socialização de conhecimento, daí a elaboração de um projeto de pesquisa que pudesse aproveitar e valorizar a riqueza da experiência de formação de formadores, bem como dar uma retribuição aos sujeitos envolvidos e à própria política pública.

O projeto de pesquisa, tema deste artigo, denomina-se “Sujeitos, Saberes e Práticas da Formação em Economia Solidária no Rio Grande do Sul (RS)” e está sendo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS. A pesquisa tem o objetivo de conhecer as práticas educativas em economia solidária, bem como as concepções e dimensões do conceito de educação presentes nos discursos dos educadores do RS participantes do CFES Sul (trabalhadores, agentes de entidades de formação e gestores públicos). Em última instância, a pesquisa visa analisar os fundamentos epistemológicos,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

teórico-metodológicos e ético-políticos de tais práticas educativas, considerando sua vinculação a um projeto de desenvolvimento solidário e sustentável.

Este artigo apresenta os dados preliminares da pesquisa empírica, os quais consistem, primeiramente, na identificação do perfil dos participantes do RS nos cursos regionais e estaduais ao longo de 2010, primeiro ano de atividade do CFES na região Sul. Esse perfil foi elaborado com base na compilação e pré-análise de 33 questionários aplicados durante os cursos referidos. Destaca-se que os questionários aportam um conjunto de informações complementares do perfil dos participantes que não será apresentado aqui, mas será objeto de análises posteriores, tais como: espaços e formas de participação política, experiências pessoais e coletivas (no EES) de formação em economia solidária e expectativas e demandas relativas a futuras ações formativas.

Posteriormente, foram coletados dados acerca das práticas educativas, bem como das concepções e dimensões do conceito de educação em economia solidária, através de três entrevistas individuais e de grupo focal com quatro participantes. Tais procedimentos permitiram acesso a informações qualificadas e o aprofundamento em torno das percepções, significados e sentimentos envolvidos no tema. Ressalta-se que essa etapa da pesquisa ainda não foi finalizada, estando previsto um número maior de entrevistas que enriquecerão os dados apresentados.

Em terceiro lugar, foi realizada uma análise preliminar dos dados à luz da sociologia das ausências e das emergências, referencial teórico produzido pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Salienta-se não ser possível o aprofundamento desse referencial teórico no escopo deste artigo, cujo foco é a socialização dos dados empíricos e os indicativos da análise, conforme anteriormente referido.

Perfil dos Participantes do CFES no Estado do RS

Conhecer o perfil dos formadores em economia solidária do RS é um dos objetivos da pesquisa. Para tanto, a escolha do público dos cursos do CFES como amostra deveu-se ao fato de o CFES fazer uma seleção dos seus participantes de forma participativa, considerando uma rede de atores e de organizações engajados na formação em economia solidária em seu sentido pedagógico, técnico e político, o que tornaria os participantes representativos do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

segmento de formadores. Esperava-se encontrar um perfil dos formadores ligados às EAF ou gestores públicos, reconhecidos e legitimados socialmente como sujeitos envolvidos em praticar e pensar a formação. Porém, a tabulação de dados mostrou que o conjunto de educadores do Estado do RS que participou das atividades de formação de formadores realizadas pelo CFES Sul em 2010 foi composto por um percentual¹ de 79% de trabalhadores de EES, 15% de formadores de EAF e 6% de gestores públicos.

A mudança no perfil dos participantes nos cursos estaduais não foi casual, mas uma opção dos formadores do RS presentes nos cursos regionais, nos quais a proporção entre trabalhadores e formadores de EAF e gestores públicos era inversa. Conforme será apresentado ao longo do trabalho, não se tratou de simples mudança de público, mas de paradigma de educação, que se traduz na concepção acerca de quem é o educador e do que é educação. Cabe destacar que este texto se valerá predominantemente da terminologia “formação e formador” porque se concentra em dados empíricos de atividades de “formação de formadores”, não sendo feita a distinção teórica com o uso dos termos “educação” e “educador”.

Os dados a seguir apresentados se referem aos formadores identificados como trabalhadores de EES (79% do total), pois os questionários preenchidos pelos formadores de EAF e gestores públicos continham dados relativos às organizações. Os dados demonstraram que a maioria dos participantes de EES nas atividades de formação de formadores (85%) atua diretamente nos EES, sendo 54% em cargos de direção e ou 31% em outras atividades laborais. Apenas 7.5% não trabalham diretamente e 7.5% não responderam.

Quanto ao sexo, a maioria é composta por mulheres (61.5%) e quanto à etnia, 54% são brancos, 31% negros e 15% pardos. A maioria dos participantes possui ensino médio completo (61,5%) que, acrescentado ao ensino médio incompleto, compõe 69.2%. Apenas dois dos 26 participantes têm ensino superior completo (7.6%), mesma proporção de ensino fundamental (sendo um participante com fundamental completo e outro incompleto); quatro participantes, ou 15.3%, com superior incompleto.

¹ Os números percentuais foram arredondados para valores mais próximos.



Quanto à participação política, 73% participam dos fóruns de economia solidária e a mesma porcentagem de programas de apoio à economia solidária; ambos, além de congregarem o maior envolvimento, mostram-se como espaços iniciais e principais de exercício de suas atividades como formadores. Em seguida vem os movimentos sociais, popular ou sindical, referidos por 57.7% e, depois os fóruns de política pública, em que 38.5% dos formadores participam.

Quanto ao perfil dos EES, 38,46% são formalizados. Os segmentos de atuação são variados, sendo 52% da área de artesanato, 12% de comercialização, 12% de alimentação, mais 8% ligados à área ambiental, 8% agrícolas (produção e beneficiamento), 4% de assessoria técnica e 4% envolvidos em outras atividades diversas. Percebe-se o predomínio da área de artesanato, seguido da comercialização e alimentação e, em terceiro, o ambiental e agrícola. Por último a assessoria, com apenas um EES, mas que não entrou como EAF.

Quanto à realização de atividades formativas nos EES, destaca-se que 52% realizam atividades formativas com seus associados, sendo 36% dos EES por conta própria, 12% são os EES com apoio de EAF e 16% dos EES são apenas as EAF que fazem a formação. Interessante notar que a maioria dos grupos que possui formação, a faz por conta própria. Porém, destaca-se que 40% não realizam atividades formativas, ficando relativamente próximos os índices.

Em síntese, a maioria dos formadores que participou das atividades do CFES em 2010 era de mulheres, brancas, com ensino médio, que atuavam diretamente no EES (em cargos de direção), com atuação política em espaços externos, especialmente nos fóruns e programas de apoio à economia solidária.

A identificação do perfil dos participantes do RS nas atividades formativas do CFES Sul era tarefa que inicialmente teria um sentido mais ilustrativo ou descritivo na pesquisa. A intenção inicial era conhecer, compreender e analisar as práticas que formadores participantes do CFES, representativos da formação em economia solidária no RS, já desenvolviam, bem como identificar contribuições do CFES à formação em termos metodológicos, epistemológicos e éticos. Porém, o CFES, ao legitimar os trabalhadores como educadores e oportunizar-lhes o protagonismo da formação de formadores, fez com que a experiência se diferenciasse, possivelmente, do resto do país e ocupasse um lugar de maior destaque na pesquisa. Ressalta-se que, do conjunto de 33 participantes, dois formadores de EAF e cinco



formadores vinculados aos EES contribuíram com os dados qualitativos que serão apresentados a seguir, através de entrevistas individuais e grupo focal.

Os desafios da prática econômica, política e formativa da economia solidária

Não é possível apresentar pormenorizadamente os dados coletados de forma qualitativa, visto ter sido gerado um conjunto significativo de informações; a fim de tornar a exposição didática, os principais conteúdos da pesquisa empírica foram organizados em três blocos temáticos. O primeiro se refere à leitura que os pesquisados fazem do contexto atual da economia solidária e da formação, tendo sido trazidas também questões relativas aos fóruns de economia solidária. O segundo diz respeito ao CFES que, para esse grupo, mostra-se como um divisor de águas na formação em economia solidária no RS. O terceiro bloco apresenta saberes e metodologias de formação construídos pelos sujeitos da pesquisa ao longo de suas vivências pessoais e profissionais. Os sujeitos da pesquisa estão identificados por números, que variam de um a sete.

Não houve diferença significativa entre a fala dos dois segmentos (formadores de EAF e proveniente de EES), talvez porque uma das formadoras de EAF trabalhou num EES e relata conhecer bem essa realidade. O outro formador de EAF, apesar de sua trajetória na educação formal, foi um dos educadores que propôs a ideia de ter “formadores trabalhadores de EES” como maioria no CFES. Portanto, é justificável que neste conjunto de formadores no RS, haja certa homogeneidade de concepções, ainda que marcada pela diversidade de trajetórias, vivências pessoais, lugares ocupados no processo de formação de formadores e, principalmente, pelas formas de criatividade e inovação em proposições metodológicas.

Não seria possível aos entrevistados falarem sobre a formação em economia solidária sem refletirem o próprio contexto da economia solidária e os desafios que ela apresenta na atualidade, os quais inclusive mostram-se como matéria-prima da formação. Em outras palavras, é a partir dos desafios contemporâneos que a formação se constitui como uma alternativa de enfrentamento e superação.

A maior preocupação expressada pelos pesquisados hoje é a perda dos próprios princípios de solidariedade nas práticas econômicas e na formação em **economia solidária**.



Com relação às práticas econômicas, foi relatada certa fragilização dos processos e relações de solidariedade, nas seguintes situações:

-atividades de comercialização: “Não era feira solidária, era solitária” (2). “As pessoas brigam porque entra o dinheiro. Não vemos essa lógica tão perversa na produção” (3);

-quando os EES crescem em escala;

-quando as lideranças se qualificam e passam a deslegitimar os trabalhadores do EES, que elas próprias representam através de falas, como essa que foi exemplificada: “Eles estão lá na produção e comercialização e não entendem” (4).

Interessante destacar que a questão do crescimento, material ou imaterial, tão profundamente associado ao processo que promoveu a globalização da sociedade capitalista com suas contradições e consequências - duramente criticados e enfrentados no âmbito da economia solidária - aparece como elemento presente na descaracterização dessas práticas autogestionárias. Outra preocupação foi que a “economia solidária é como casa de passagem para muitos, só entram quando precisam, quando não tem outra opção, e vão embora” (1), referindo-se à alta rotatividade dos integrantes. Essa informação converge com dados preliminares do segundo mapeamento de economia solidária no Brasil, ainda não formalizados e publicados, que demonstram grande rotatividade no surgimento e no término de EES. O ideal preconizado de transição do caráter meramente reativo para a consolidação de um modo singular de produção com autonomia (ainda que relativa), identidade e viabilidade necessita ser repensado frente aos desafios postos na atualidade.

Quanto à **formação em economia solidária**, houve unanimidade nas falas dos entrevistados quanto à existência de dicotomias entre formadores e trabalhadores e entre saberes e práticas populares e acadêmicos. É possível destacar duas questões apresentadas como limites dos formadores de EAF e acadêmicos. A primeira crítica é de que os trabalhadores têm ficado de fora de uma participação mais efetiva das ações e dos espaços da formação. “O problema é que eles [formadores de EAF e gestores públicos] já têm muitos espaços e os EES não” (1). A segunda crítica refere-se ao fato de os formadores de EAF e gestores públicos “trazerem as coisas prontas”, o que pode remeter à representação da figura histórica do intelectual orgânico imbuído da tarefa de organizar o povo para a revolução, presente no projeto emancipatório da modernidade. Epistemologicamente, caberão futuras



análises acerca da redefinição da emancipação social e do papel dos agentes nela envolvidos à luz da teoria crítica pós-moderna de oposição (Santos, 2000).

Em seguida, outras questões merecem destaque no campo das limitações identificadas na formação em economia solidária no RS, a saber: a dependência dos trabalhadores com relação ao educador e à liderança do EES que, conforme referido, “em muitos casos funciona como patrão” (3); o fato de “pessoas que já foram do movimento, quando passam para ‘o outro lado’ [EAF], ficam só com a formação” (3); o distanciamento relatado das EAF e da academia com relação aos trabalhadores e os “tempos diferentes” (1). Esses tempos, de acordo com os entrevistados, são considerados diversos em três situações: quando o EES tem uma demanda urgente e a EAF não pode atender, quando o trabalhador não consegue produzir porque participa de atividades de formação e, ainda, o tempo necessário para o formador se “reinventar”, ou seja, aprender com as experiências, se reciclar para falar a linguagem dos trabalhadores.

Além disso, foram trazidas questões referentes aos trabalhadores, que estão implicadas no processo de formação, tais como: eles próprios não legitimam quando outro trabalhador de EES é o formador, “esperam que sejam graduados” (2); muitos só valorizam a EAF quando fornece recurso material: uma prensa, por exemplo” (1); “os EES formais [com maior escala] têm a ânsia de não perder tempo (...) querem lugares com água, café e suco” (2); as pessoas esperam entrar e aprender, ter aula tradicional (4) e, em geral, têm um interesse econômico: “se não for explicado que vai ter um retorno financeiro, ninguém levanta a mão (5).

Por último, todos os pesquisados fizeram reflexões a respeito dos **fóruns de economia solidária** serem espaços em que se discute muito, mas com pouca resolutividade. Além disso, mostraram-se preocupados com o fato de que muitas discussões são “brigas de egos (...) às vezes vai parar na Net. Isso passa uma imagem negativa para os EES” (2). Os fóruns, conforme identificado nos questionários, têm sido – além do movimento político - espaços fundamentais de formação de formadores, o que justifica a importância atribuída nas falas. “Se todos soubessem que estão decidindo a vida das pessoas... Não deixa de ser isso” (2). Ressalta-se que todo esse contexto de desafios postos aos formadores e aos trabalhadores passa a ser percebido pelos sujeitos da pesquisa como matéria-prima para transformações voltadas ao desenvolvimento de formas mais solidárias e sustentáveis de produzir e de viver.



Casa de ferreiro, espeto de ferro

Considerando esse contexto da economia solidária e da formação, tal como representado pelos sujeitos pesquisados, o que aconteceu quando os formadores “instituídos” (aqueles legitimados pelo espaço que tradicionalmente ocupam nas EAF ou universidades) cederam o “palco da formação” aos formadores “instituintes” (trabalhadores de EES e atuantes do movimento de economia solidária)? Como foi para os trabalhadores passarem a ser os sujeitos da formação?

Por mais que sejam desejados, os processos de transformação em geral não são tranquilos. Toda a ruptura desaloja e desacomoda. Quando os formadores do RS, no primeiro curso regional, propuseram-se a considerar os trabalhadores de EES como formadores a partir da validação dos saberes produzidos no chamado chão de fábrica ou no cotidiano de sua atividade laboral, a maioria dos formadores dos Estados do Paraná e Santa Catarina, segundo relatos, foram, naquele momento, contrários à ideia. Contudo, tal reação não ocorreu apenas entre os formadores, mas entre os próprios trabalhadores, lembrando a idéia de que o oprimido hospeda o opressor (Freire, 1982), trazidos aqui como significados sociais e políticos presentes nos diversos agentes, e não configurando classes antagônicas.

Os próprios trabalhadores convidados a participar como formadores se surpreenderam. “Por que eu?” (7), foi uma fala que mostrou ser emblemática dessa ruptura de paradigma. Essa participante referiu que tinha até dificuldades de se comunicar, e que teve que ser descoberta como formadora por uma companheira. A conclusão a que chegaram é que ela “já era formadora sem saber” (4), muitos deles já eram. Surge uma categoria nova para a pesquisa, que será posteriormente analisada. Outro exemplo da resistência que a mudança gerou foi que nos próprios fóruns de economia solidária havia sido questionado sobre porque os companheiros iriam participar do CFES.

As atividades do CFES do Estado do RS romperam com o jargão “casa de ferreiro, espeto de pau” ao aplicarem em seu próprio espaço de formação os princípios da educação popular, concebendo os trabalhadores como formadores a partir do saber prático, dando-lhes a oportunidade de se reconhecerem e se exercitarem como formadores e assimilando na formação as inovações por eles produzidas. A metodologia adotada no CFES também fez jus a essa busca de coerência entre teoria e prática: “Abolimos o *Power Point*, não é método para



formação em economia solidária. Trouxemos sempre algo experimental: objeto, música, algo concreto, desenhos (...) fazer visitas para conhecer outras experiências bem sucedidas. Os formadores não falavam nada, e sim os sujeitos de outras experiências” (1).

Outro método utilizado foi a autogestão da pedagogia, que consiste na subdivisão do grupo de participantes para co-gestionar as ações do evento (a saber, de sistematização, monitoramento, avaliação, infraestrutura e animação), as quais passam a adquirir outra nomenclatura e significados próprios. É algo novo que inicialmente também mobilizou resistências. As pessoas não esperavam participar da gestão do evento, mas “assisti-lo”, como expectadoras.

Novamente, apareceram os desafios que envolvem processos de inovação e mudança. Segundo uma das participantes do curso, “no início foi muito difícil porque eu fui para o curso ganhar formação e não ser formador. Anotava tudo no caderno como se fosse para fazer uma prova. A vontade foi sair correndo, dar no pé e nunca mais voltar” (4).

No final, os participantes do curso estadual entenderam que o seu papel era ser protagonista em conjunto com os formadores regionais e com os coordenadores pedagógicos. “No CFES é maravilhoso porque não tem algo que tu vai dar palestras. As pessoas têm que entender e fazer a sua escolha” (6). A autogestão da pedagogia também foi aprovada pelo grupo, que salientou com orgulho que certos componentes haviam “se revelado” (demonstrado novas habilidades) no exercício das suas funções nas comissões. Mais do que o resultado da tarefa a ser executada, o que vale nessa metodologia é o exercício do trabalho coletivo, da co-gestão, num ambiente de partilha que é acolhedor e com pessoas capacitadas para dar *feedback* sobre as dificuldades e possibilidades de superação, servindo como laboratório para o formador atuar.

Segundo um dos pesquisados, muitos dos erros cometidos no começo não estão acontecendo com a turma deste ano. Os formadores enfatizaram o que chamaram de “linguajar catedrático” usado na formação em economia solidária, dando exemplos de palavras, tais como: socializar, problematizar e sistematizar. Palavras como essas eram obstáculos que faziam com que muitos participante se calassem e se sentissem inferiorizados, sem condições de participar adequadamente da formação. Essa sensação era agravada pelo excessivo uso de inúmeras siglas desconhecidas para a maioria dos participantes. Isso foi levado aos formadores que estavam na organização. De acordo com os entrevistados, “hoje



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

eles [os formadores facilitadores dos cursos] já aprenderam (4)”. Interessante notar que, logo em seguida, durante o grupo focal, a outra pesquisada acrescenta que “ser formador é socializar (6)” – [se dá conta e ri do fato de já se valer da apropriação do termo antes apenas utilizado pelo técnico]. Outro membro do grupo complementa, com o mesmo espírito: “Até o socializar tem que ser ressocializado” (5).

Esse processo de interação entre saberes avançou, não apenas em termos de interações e aprendizagens interpessoais, mas institucionais, gerando inovações metodológicas. Segundo fala de uma formadora que está acompanhando o grupo do CFES de 2011: “como eu fiz todos [os cursos], eu posso dizer que mudou. Tu tem que trocar as palavras: problematizar, socializar, sistematizar, 4 P’s (...) e também muitas siglas: “Nesse primeiro curso [de 2011], a primeira coisa foi enchermos o chão com tarjetas e explicarmos as siglas” (4).

Esse trecho do grupo expressa que, quando há espaço, é possível trazer à tona elementos excludentes, inadequações ou problemas de “tradução”, para usarmos a terminologia e concepção da sociologia das ausências e das emergências. Dar voz a todos, em contexto de igualdade, é condição para uma educação emancipatória. “O silêncio na formação é resistência, significa que algo não está bom” (1), que as pessoas não se reconhecem como sujeitos ativos no processo, condição *sine qua non* para a formação em economia solidária que se vale dos princípios da educação popular. Dessa quebra do silêncio, da capacidade mútua de fazer-se ouvir e ouvir o outro, foram construídas dinâmicas de formação.

O que se presenciou, como pesquisadora, é que as críticas iniciais sobre a economia solidária e a formação não se mostraram estéreis ou desesperançadas. Ao contrário, para muitas delas foram dadas respostas no se refere à formação, apresentadas aqui não como receitas prontas ou fórmulas mágicas, pois isso seria contraditório à própria intencionalidade dos sujeitos que as formularam, mas como saberes construídos no cotidiano.

Não sendo possível a descrição e análise de cada um, ressalta-se o que denominaram “formação boca a boca”, feita no dia a dia, numa concepção que integra educação à vida e não se restringe a espaços formais; a postura do antropólogo que valoriza o saber ouvir (escuta sensível); a roda de conversa e os métodos informais, nos quais não se chega ao EES com a formação planejada, mas se parte das questões que os trabalhadores trazem naquele momento; a importância de trabalhar as atitudes para mudar paradigmas na vida cotidiana; falar na primeira pessoa ao invés de dar conselhos; dar seu testemunho; humanizar os espaços de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

produção e trocas econômicas e de formação através da valorização de cada um; ser uma família. São, ao mesmo tempo, técnicas, concepções e epistemologias de uma nova pedagogia para a economia solidária, nova não porque nunca se ouviu falar dela, mas porque foram reinventadas pelos sujeitos que as trazem a partir de uma síntese de suas vivências. Tal síntese, ao que tudo indica, não foi exatamente amparada em conceitos teóricos, mas geral proveniente de críticas a atividades de formação em que eles se sentiam objeto e das quais não se beneficiaram como era esperado.

Ausências e emergências da formação em economia solidária

A análise dos dados empíricos à luz da sociologia das ausências e das emergências poderá demonstrar a existência de rupturas epistemológicas ou de continuidades em múltiplas dimensões (temporais, identitárias, econômicas e locais) no âmbito da formação em economia solidária vivenciada no CFES. No campo da teoria crítica contemporânea, a sociologia das ausências e das emergências é um referencial que busca incluir e dar visibilidade aos processos simbólicos e imateriais presentes, tanto na desigualdade social, quanto em sua tentativa de superação. Esse referencial parte do princípio de que a questão social não se restringe às consequências geradas pela relação desigual entre capital e trabalho (capitalismo), amplamente analisada pela teoria crítica moderna, mas também pela relação entre Norte e Sul, caracterizada pela dizimação de culturas, saberes e práticas em nome da imposição da ciência como único saber válido (colonialismo). Indo além dos processos históricos de colonização, o colonialismo, como não reconhecimento do saber do outro em nome do exclusivismo epistemológico da ciência, pode apresentar-se nas práticas sociais contemporâneas e na política pública através de formas neocolonialistas de imposição do conhecimento científico por parte de seus detentores através de políticas ou práticas de intervenção social verticalizadas.

A ampliação do mundo e a dilatação do presente começam pelo procedimento da **sociologia das ausências**, investigação que visa demonstrar que o inexistente é ativamente produzido, transformar objetos impossíveis em possíveis e, com base neles, transformar ausências em presenças. A dilatação do presente - formulada por autores literários como, por exemplo, Franz Kafka – é aplicada à sociologia através de **dois procedimentos**: o primeiro



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

consiste na proliferação das totalidades; não se trata de ampliar a totalidade proposta pela razão metonímica, mas de fazê-la coexistir com outras totalidades. O segundo consiste em mostrar que qualquer totalidade é feita de heterogeneidade e que as partes que a contém têm vida própria fora dela. Em outras palavras, Santos (2003) propõe pensar os termos das dicotomias fora das articulações e relações de poder que os unem para revelar outras relações alternativas que têm sido ofuscadas pelas dicotomias hegemônicas. “Pensar o Sul como se não houvesse o Norte, pensar a mulher como se não houvesse o homem, pensar o escravo como se não houvesse o senhor” (p. 743). A sociologia das ausências transforma presenças em ausências através, inicialmente, da **desconstrução de cinco lógicas ou monoculturas**: do saber e do rigor do saber; do tempo linear, da classificação social, da escala dominante e da lógica produtivista.

Enquanto a dilatação do presente é obtida através da sociologia das ausências, a contração do futuro é obtida através da **sociologia das emergências**. A sociologia das emergências visa contrair o futuro através da desconstrução da razão proléptica, pela qual o futuro é concebido como superação linear, automática e infinita do presente, sob a forma de planificação da história e domínio da natureza. Construído a partir da sociologia das emergências, futuro é possível, mas incerto, porque, se por um lado é impossível blindar a esperança contra a frustração, por outro é necessário maximizar a probabilidade de esperança em relação à de frustração reinante ao pensar a emancipação social na sociedade contemporânea. As expectativas modernas eram grandiosas (falsamente infinitas e universais) e justificaram mortes e destruições em nome de uma redenção vindoura. Na sociologia das emergências as expectativas são contextuais e revelam-se a partir da multiplicidade e diversidade de **experiências**, as quais se inscrevem nos seguintes **campos sociais**: de conhecimento; de desenvolvimento, trabalho e produção; de reconhecimento, de democracia e de comunicação.

Nos procedimentos preliminares de análise dessa pesquisa, a **sociologia das ausências** permitiu a identificação de cada monocultura nas relações socioeconômicas e políticas e nas práticas formativas da economia solidária, bem como das ecologias entre saberes e as experiências emergentes. Neste artigo, iremos introduzir a apresentação da sociologia das ausências e das emergências no âmbito dos reconhecimentos e dos saberes, por as considerarmos centrais na experiência pesquisada.



Quanto às **experiências de reconhecimento**, as pessoas que só reconheciam a si mesmos e eram reconhecidos como trabalhadores, tanto pelos seus pares (no fórum e em seus EES) quanto pelos formadores de EAF, passaram, através da oportunidade dada pelo CFES, a se verem como formadores. Segundo a própria aprendizagem deixada por eles, não adianta dar discursos, porque é a prática, o exemplo, a ação que têm efeitos educativos de fato. Isso foi possibilitado através da atitude tomada pelos próprios formadores de EAF do RS que compunham aquele espaço: abdicar do seu lugar de definir os rumos da formação de formadores e de fato dar palco para o protagonismo de quem costumava ser objeto das práticas formativas, de acordo com as falas dos pesquisados. “Hoje nós somos os formadores” (6). Achei que nunca ia ter algo para ensinar” (5).

Esse processo de reconhecimento de identidades dos trabalhadores como formadores foi o que propiciou as experiências de conhecimento através da validação de saberes e práticas formativas desenvolvidas pelos próprios trabalhadores como pertinentes ao âmbito da educação. A identificação da monocultura do saber acadêmico como único válido foi expressa pelo distanciamento dos formadores de EAF e das atividades formativas da realidade dos EES. A **ecologia dos saberes** se deu, principalmente, através da inserção do saber prático dos trabalhadores na formação, das técnicas vivenciais, da síntese entre diferentes referenciais, tais como de trabalhos com recursos humanos (1) e dinâmicas motivacionais (3) da área empresarial e sua adaptação ao contexto da economia solidária e o entendimento acerca da complementaridade entre educação formal e educação popular.

Com relação à **sociologia das emergências**, as **experiências de conhecimento** se manifestaram através de um conjunto de métodos desenvolvidos – e referidos neste texto – pelos sujeitos pesquisados no processo de formação de formadores, mas também ao longo de suas vidas. Essas experiências apresentaram-se permeadas de sabedoria, humildade, inovação e autenticidade; sendo necessário e enriquecedor proceder a análises mais aprofundadas no decorrer da pesquisa, considerando os pressupostos da educação popular, da educação como desenvolvimento de competências (e não apenas conhecimentos) na perspectiva de formação integral do sujeito e da emancipação social como processo plural, local e incerto. No âmbito do CFES, o fato de a metodologia deste ano incorporar as contribuições dos formadores de EES e as descobertas feitas ao longo das atividades progressas já está criando novas técnicas e métodos de formação de formadores, tais como a decodificação da linguagem e das siglas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

utilizadas. Os formadores também referiram que têm sido chamados para fazer formação em projetos desenvolvidos por políticas públicas e em Prefeituras e que estão recriando as formações a partir da apropriação daquilo que apreenderam no CFES, o mesmo acontecendo dentro dos próprios EES em que trabalham.

Considerações finais

A pesquisa sobre sujeitos, saberes e práticas de formação em economia solidária no RS nasceu da intencionalidade de valorizar e construir conhecimento a partir da experiência inovadora de implementação de política pública através da parceria entre governo e universidade. Os dados iniciais surpreenderam porque não era objetivo da pesquisa focar na ação do CFES, mas num público a ele vinculado e representativo dos formadores em economia solidária, visto a seleção ser feita de acordo com critérios de inserção no trabalho e no movimento. Entretanto, o CFES estadual do RS se reinventou, criou uma forma inesperada e, até onde temos informação, inédita, ao selecionar os trabalhadores como participantes dos cursos, o que fez com que os dados empíricos levassem a pesquisa para um rumo inesperado. Esperávamos conhecer o perfil de formadores, em sua maioria de EAF e alguns da gestão pública (segmento mais recente) e as práticas instituídas de formação em economia solidária, a fim de identificar e analisar metodologia, conteúdos e fundamentos.

A primeira e mais importante constatação foi que o CFES do RS, representado pelos segmentos instituídos e socialmente legitimados como “únicos formadores”, colocou os próprios trabalhadores no centro da formação. A pesquisa demonstrou que esses trabalhadores sentiam-se alijados do processo de formação, percebiam-se como alunos em sentido tradicional e passaram a ser sujeitos e ocupar o centro do processo como formuladores, planejadores e executores das ações de formação. Não se tratou de ouvi-los ou consultá-los, mas de colocar nas mãos deles, em relação de horizontalidade, pensar e fazer a formação com eles.

Como resultado das etapas iniciais de pesquisa acadêmica, o ineditismo e os resultados que se mostram positivos não significam que a experiência do estado do RS seja a melhor forma de implementação das ações do CFES, mas fez sentido para as pessoas envolvidas. Mais do que resultados – ainda que sem desmerecê-los – expressou uma caminhada de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

autêntica de experimentação de algo novo para os envolvidos, de construção coletiva e de correr riscos. Essa trajetória teve muito mais acertos e desafios do que a pesquisa pôde captar até o momento, mas o processo já se revela emancipatório segundo a fala das pessoas que o vivenciaram.

Além de um grupo de sujeitos motivados e reconhecidos, dispostos a falar sobre a experiência, nos deparamos também com um conjunto de inovações conceituais, técnicas e metodológicas. Tais inovações não foram aprofundadas por tratar-se de apresentação preliminar dos dados empíricos da pesquisa, mas pode-se adiantar que se referem a modos concretos de fazer a formação no dia-a-dia, que resgatam um conjunto de elementos que identificamos como presentes em epistemologias do Sul, tais como: a integração entre trabalho, vida e conhecimento, a não apropriação do saber como fator de poder, a valorização do saber que provem daquilo que é vivido e não do que é teorizado e o saber que não pode ser traduzido em um valor monetário.

A formação para a solidariedade e autogestão, feita de forma solidária e autogestionária, revelou-se, no nosso entendimento, capaz de unir teoria e prática, resultado e processo, forma e conteúdo. A experiência traz à tona descobertas importantes feitas com os pesquisados que, na formação em economia solidária, o exemplo é mais importante do que “despejar” palavras; ouvir é mais construtivo que ensinar, criar é mais importante que planejar.

Referências:

- CONAES - *Iª Conferência Nacional de Economia Solidária (Anais)*. Brasília: SENAES/MTE, 2006. FBES- Fórum Brasileiro de Economia Solidária. *IV Plenária Nacional de Economia Solidária: outra economia construindo outros desenvolvimentos*. Brasília: FBES, 2008.
- FERRARINI, A.V. *Pobreza: possibilidades de construção de políticas emancipatórias*. São Leopoldo, Oikos, 2008. 160 p.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 220 p.
- SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Volume 1: São Paulo: Cortez, 2000. 415p.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

_____. *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências' revisitado*. Lisboa: Afrontamento, 2003. 773 p.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. Termo de Referência do Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES. Brasília: SENAES/MTE, 2004. (mimeo).

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária. Relatório Final. Brasília: SENAES/MTE, 2005.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. Termo de Referência para Implantação do Centro de Formação em Economia solidária (CFES). Brasília: SENAES/MTE, 2007.